

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

QUESTÃO 1

De acordo com o Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Aplicado aos Serviços Notariais e de Registro, inspeções extraordinárias dos serviços notariais e de registro podem ocorrer

- A após prévio aviso dos notários e dos registradores.
- B desde que presididas pelo corregedor da justiça.
- C após a vacância da serventia, mesmo sem aviso prévio.
- D se for exclusivamente para apuração de irregularidades.
- E com periodicidade mínima de seis meses.

QUESTÃO 2

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), outorgar a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro é atribuição do

- A presidente do TJDFT.
- B corregedor do TJDFT.
- C tribunal pleno do TJDFT.
- D vice-presidente do TJDFT.
- E conselho especial da justiça do TJDFT.

QUESTÃO 3

Um cidadão que possua um imóvel rural e pretenda realizar o cadastro ambiental rural (CAR) desse bem deverá considerar, à luz do disposto na Lei n.º 12.651/2012, que

- A a informação da reserva legal do imóvel no CAR é indispensável, ainda que já tenha sido averbada na matrícula do imóvel.
- B o cadastro compõe base de dados para controle, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
- C o cadastramento será considerado título para fins do direito de propriedade do cidadão.
- D o cadastramento será considerado título para o reconhecimento do direito de posse do cidadão.
- E o cadastramento deverá ser feito, preferencialmente, no cartório de imóveis da localidade da propriedade.

QUESTÃO 4

Determinado serventuário da justiça realizou cobrança de custas e emolumentos, mas o ato foi considerado como indevido pelo interessado.

Nessa situação hipotética, nos termos do Decreto-lei n.º 115/1967, o interessado poderá reclamar originariamente, por intermédio de petição, ao

- A juiz do feito.
- B juiz corregedor.
- C Conselho de Justiça.
- D presidente do TJDFT.
- E vice-presidente do TJDFT.

QUESTÃO 5

Na data da promulgação da atual Lei Orgânica do Distrito Federal, uma pessoa era ocupante de imóvel rural público localizado no Distrito Federal, em uma área de vinte hectares, onde efetivamente morava e produzia havia cinco anos.

Nessa situação hipotética, para obter título de concessão de uso do imóvel ocupado, essa pessoa

- A deverá ter tido como única atividade produtiva no imóvel a agropecuária.
- B poderá ser concessionária de outro imóvel rural.
- C poderá ser proprietária de outro imóvel rural, desde que este também tenha uma área de até vinte hectares.
- D poderá ser arrendatária de outro imóvel rural, desde que este também tenha uma área de até vinte hectares.
- E deverá comprovar que a soma do tempo descontínuo não tenha ultrapassado seis meses, se o período de permanência tiver sido alternado.

QUESTÃO 6

Para a propositura de ação de usucapião especial urbano, terá(ão) legitimidade

- A os possuidores em estado de comosse, que terão os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, mas não serão dispensados dos gastos com cartório de registro de imóveis.
- B a associação de moradores da comunidade, que terá o benefício da assistência judiciária gratuita, porém não será dispensada dos gastos com cartório de registro de imóveis.
- C o possuidor, isoladamente, que terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita e será dispensado dos gastos com cartório de registro de imóveis.
- D a associação de moradores da comunidade, que não terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, contudo será dispensada dos gastos com cartório de registro de imóveis.
- E o possuidor, ainda que esteja em litisconsórcio, que não terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, entretanto será dispensado dos gastos com cartório de registro de imóveis.

QUESTÃO 7

Considere as seguintes situações hipotéticas:

- Pedro celebrou contrato de exportação de mercadoria, estipulando pagamento em ouro.
- Lucas celebrou contrato de locação de bens móveis, estipulando pagamento em moeda estrangeira, previamente registrado no Banco Central do Brasil.
- João celebrou contrato de locação de bens imóveis, estipulando pagamento em moeda estrangeira.

Com base no Decreto-lei n.º 857/1969, é correto afirmar que há nulidade de pleno direito no(s) contrato(s) celebrado(s) por

- A** Pedro, Lucas e João.
- B** Pedro e João.
- C** Pedro e Lucas.
- D** Lucas, somente.
- E** João, somente.

QUESTÃO 8

A denúncia contra o presidente da República por crime de responsabilidade,

- A** para ser admitida, dependerá de quórum de maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados.
- B** uma vez admitida, será julgada pelo Senado Federal.
- C** uma vez admitida, será julgada pelo STF.
- D** uma vez admitida, resultará na suspensão do exercício de suas funções por até três meses.
- E** se não for julgada no tempo constitucionalmente definido, causará interrupção do prosseguimento do processo.

QUESTÃO 9

A Constituição Federal de 1988 garante, entre outros direitos e garantias fundamentais, que

- A** a manifestação do pensamento é livre, sendo garantido o direito ao anonimato.
- B** ninguém será privado de direitos por motivo de convicções filosóficas, políticas ou religiosas, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- C** a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo por determinação judicial, a qualquer hora do dia ou da noite.
- D** todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que seja concedida permissão por autoridade competente.
- E** os autores de inventos industriais terão privilégio de caráter permanente para sua utilização, haja vista a promoção do desenvolvimento tecnológico do país.

QUESTÃO 10

No Poder Judiciário, composto majoritariamente por juízes de carreira, há um instituto que visa à oxigenação de ideias, ao ampliar sua representatividade. Todavia, alega-se que o referido instituto pode ser um meio de perpetrar a prática de nepotismo, porque os seus critérios legais para a assunção ao cargo da magistratura são formais, não prevendo requisitos qualitativos. Logo, critérios subjetivos e discricionários podem privilegiar candidatos que detenham heranças de capitais simbólicos.

Willian Carneiro Bianeck. *A porta dos fundos do Judiciário: o quinto constitucional e o nepotismo*. Internet: <<https://revistas.ufpr.br>> (com adaptações).

É correto afirmar que o quinto constitucional, referido no texto, será composto por membros do Ministério Público e da advocacia que

- A** tenham, pelo menos, dez anos de carreira, para atuar em todos os tribunais superiores.
- B** tenham, pelo menos, cinco anos de efetiva atividade profissional e reputação ilibada.
- C** sejam indicados em lista tríplice pelos respectivos órgãos de classe.
- D** serão nomeados após escolha, pelo Poder Executivo, a partir de lista tríplice enviada pelo respectivo tribunal.
- E** serão nomeados após escolha, pelo STJ, a partir de lista sêxtupla indicada pelos órgãos de representação das respectivas classes.

QUESTÃO 11

O Estado brasileiro deve obediência irrestrita à própria Constituição, mas, ainda assim, assumiu, nos termos desse estatuto político, o compromisso de reger-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio da

- A** prevalência dos direitos humanos.
- B** erradicação de todas as formas de discriminação.
- C** dignidade da pessoa humana.
- D** redução das desigualdades regionais.
- E** inviolabilidade do direito à segurança.

QUESTÃO 12

Com relação à justiça de paz no Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- I A competência para a criação da justiça de paz foi delegada, constitucionalmente, ao Poder Legislativo distrital.
- II O juiz de paz é um juiz leigo que pode, entre as suas competências, celebrar casamentos e verificar, de ofício ou mediante impugnação, o processo de habilitação para o casamento.
- III O juiz de paz atua em caráter jurisdicional e tem competência para exercer atribuições conciliatórias nesse âmbito.
- IV Apesar da previsão constitucional da regra de eleição por voto direto para mandato de quatro anos, no Distrito Federal, os juízes de paz são indicados pelo corregedor e nomeados pelo presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 13

Indivíduo que possui licença para dirigir veículo automotor foi acometido por doença que o tornou incapacitado para conduzir o tipo de veículo para o qual era habilitado.

Nessa situação hipotética, caberá ao órgão administrativo competente extinguir o ato administrativo concessivo da licença para dirigir por meio de

- A anulação.
- B revogação.
- C cassação.
- D convalidação.
- E decadência.

QUESTÃO 14

Atividades notariais e de registro estão sujeitas à fiscalização do

- A Poder Judiciário, que se vale do seu poder hierárquico para estipular taxas de fiscalização dessas funções.
- B Poder Judiciário, que se vale do seu poder regulamentar para estipular taxas de fiscalização dessas funções.
- C Poder Judiciário, que se vale do seu poder de polícia administrativo para estipular taxas de fiscalização dessas funções.
- D Poder Executivo, que se vale do seu poder regulamentar para estipular taxas de fiscalização dessas funções.
- E Poder Executivo, que se vale do seu poder de polícia administrativo para estipular taxas de fiscalização dessas funções.

QUESTÃO 15

Servidor público federal em período de licença para tratar de interesse particular requereu a acumulação do seu cargo público com uma função pública de titularidade de serventia extrajudicial.

Com base no entendimento do STF, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- A é viável a acumulação, desde que haja compatibilidade de horário.
- B é viável a acumulação, pois o servidor a requereu enquanto estava licenciado.
- C é viável a acumulação, pois a vedação constitucional a acumulação se aplica somente a cargos e empregos públicos.
- D não é viável a acumulação, porque a referida licença é remunerada.
- E não é viável a acumulação, porque a vedação constitucional à acumulação se aplica a cargos, funções e empregos públicos.

QUESTÃO 16

De acordo com o entendimento do STJ, no caso de notários e oficiais de registro, nessa qualidade, causarem danos a um terceiro,

- A a responsabilidade civil do respectivo ente federativo estatal será regressiva, nos casos de dolo ou culpa dos agentes.
- B a responsabilidade civil do respectivo ente federativo estatal será objetiva, fundada na teoria do risco integral.
- C a responsabilidade civil do respectivo ente federativo estatal será subsidiária, porque tais agentes se responsabilizam diretamente pelos seus atos.
- D a responsabilidade civil do respectivo ente federativo estatal será solidária, porque o terceiro terá direito a exigir e receber do estado ou dos agentes o ressarcimento pelos danos sofridos.
- E não haverá responsabilidade civil do respectivo ente federativo estatal, pois o exercício das atividades desses agentes é feito por própria conta e risco.

QUESTÃO 17

Conforme dispõe a lei que rege o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, na hipótese de interposição de recurso administrativo junto a órgão incompetente, deverá ser

- A não conhecido o recurso, e o processo deverá ser julgado extinto imediatamente, com resolução de mérito.
- B declarado totalmente improcedente o recurso.
- C não conhecido o recurso, e o processo deverá ser julgado extinto imediatamente, sem resolução de mérito.
- D indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo recursal.
- E indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe concedido prazo de cinco dias úteis para retificação do endereçamento.

QUESTÃO 18

Com relação a licitações, julgue os seguintes itens.

- I Subordinam-se ao regime da Lei n.º 8.666/1993, além dos órgãos da administração direta e indireta, os fundos especiais, os cartórios notariais e de registro e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.
- II Os contratos administrativos relativos a direitos reais sobre imóveis são formalizados por meio de instrumento lavrado em cartório de notas.
- III Os bens imóveis da administração pública poderão ser alienados por ato da autoridade competente mediante adoção de procedimento licitatório sob a modalidade de concorrência ou pregão eletrônico.
- IV Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data prevista para a abertura dos envelopes de habilitação.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 19

Um notário de determinado cartório de ofício de notas deixou, de forma não intencional, de realizar o devido repasse de quantias referentes a taxas judiciárias e incorporou ao seu patrimônio os valores integrantes do acervo patrimonial pertencente ao Poder Judiciário estadual.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar, à luz do entendimento do STJ, que o notário

- A** praticou ato de improbidade administrativa que causou lesão ao erário.
- B** praticou ato de improbidade administrativa que importou seu enriquecimento ilícito.
- C** praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- D** não praticou ato de improbidade porque o ato praticado não foi intencional.
- E** não se submete à Lei de Improbidade por não estar abrangido no conceito agente público.

QUESTÃO 20

Oficial de registro de imóveis do Distrito Federal promoveu o registro de operação imobiliária de aquisição formalizada por meio de instrumento particular anteriormente lavrado por cartório de ofício de notas.

Nesse caso, a apresentação de declaração sobre operações imobiliárias pelo oficial de registro de imóveis nessa transação é

- A** dispensável, pois cabe exclusivamente ao cartório de notas apresentar tal declaração.
- B** dispensável, salvo no caso de o instrumento particular ter sido registrado com força de escritura pública.
- C** necessária, e cabe exclusivamente ao cartório de registro de imóveis apresentar tal declaração.
- D** necessária, e a declaração deverá ser apresentada à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.
- E** necessária, independentemente do valor da aquisição e de a declaração ter sido lavrada anteriormente.

QUESTÃO 21

Proprietário de imóvel situado no Distrito Federal solicitou a um tabelião de notas a formalização de transmissão de direito real, com o exclusivo propósito de instituir garantia sobre o referido bem em decorrência de empréstimo que havia realizado na condição de mutuário.

Nessa situação, em relação à incidência do ITBI, o notário

- A** não deverá exigir comprovação de pagamento desse tributo, pois não há incidência de ITBI nesse caso.
- B** não deverá exigir comprovação de pagamento desse tributo, pois a responsabilidade tributária cabe apenas a cartório de registro de imóveis.
- C** deverá exigir comprovação de pagamento desse tributo, embora o notário não possua qualquer responsabilidade em caso de descumprimento da obrigação tributária.
- D** deverá exigir comprovação de pagamento desse tributo, sob pena de ter responsabilidade solidária com o cartório de registro de imóveis.
- E** deverá exigir comprovação de pagamento desse tributo, sob pena de ter responsabilidade subsidiária com o cartório de registro de imóveis.

QUESTÃO 22

Oficial de registro de imóveis recebeu pedido de arrolamento de bens móveis e imóveis de sujeito passivo que possui débito tributário no importe total de R\$ 550.000, valor que representa 40% de seu patrimônio conhecido.

Nessa situação, considerando-se as disposições da Lei n.º 9.532/1997, o oficial deverá

- A** registrar o arrolamento de todos os bens solicitados, independentemente do valor total do débito.
- B** registrar o arrolamento dos bens móveis, apenas.
- C** registrar o arrolamento dos bens imóveis, apenas.
- D** recusar o registro do arrolamento de todos os bens, pois cabe a cartórios de títulos e documentos e registros especiais realizar tal registro.
- E** recusar o registro do arrolamento de todos os bens, pois o fato de o percentual da dívida não ter atingido metade do patrimônio conhecido impede o arrolamento.

QUESTÃO 23

Oficial de cartório tomou posse no cargo em 2010. Não é remunerado pelo poder público, mas por taxas e emolumentos, e mantém em sua estrutura administrativa de cartório funcionários escreventes que lhe prestam serviços.

Nessa situação hipotética, o oficial de cartório deve contribuir para o INSS como

- A** segurado facultativo, sendo equiparado a empresa em relação aos escreventes que lhe prestam serviços.
- B** segurado obrigatório na qualidade de contribuinte individual, sendo equiparado a empresa em relação aos escreventes que lhe prestam serviços.
- C** segurado obrigatório na qualidade de empregado, sendo equiparado a empresa em relação aos escreventes que lhe prestam serviços.
- D** segurado obrigatório na qualidade de trabalhador avulso, e não possui responsabilidade de contribuir em favor dos escreventes que lhe prestam serviços.
- E** segurado obrigatório na qualidade de contribuinte individual, e não possui responsabilidade de contribuir em benefício dos escreventes que lhe prestam serviços.

QUESTÃO 24

Oficial de registro de imóveis, ao realizar alienação de imóvel submetido ao regime de enfiteuse, verificou que o laudêmio não havia sido recolhido.

Nessa situação hipotética, o laudêmio

- A** dispensa o pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI).
- B** é condição para o registro do imóvel, mediante apresentação de certidão de sua quitação.
- C** pode ser incluído na dívida ativa tributária da União, uma vez que possui natureza tributária.
- D** não pode integrar a dívida ativa não tributária da União, uma vez que não possui natureza tributária.
- E** ensejará responsabilidade tributária solidária ao oficial em caso de inadimplemento da obrigação principal.

QUESTÃO 25

Imóvel situado em condomínio na zona urbana do Plano Diretor do Distrito Federal possui calçamento e abastecimento de água, construídos e mantidos com recursos do próprio condomínio. A única estrutura mantida pelo poder público é a rede de iluminação pública para distribuição domiciliar.

Nessa situação hipotética, considerando-se os dispositivos do Código Tributário Nacional, o IPTU

- A** incidirá, pois o condomínio está localizado em zona urbana, conforme plano diretor.
- B** incidirá, haja vista a existência de pelo menos um melhoramento no local mantido pelo poder público.
- C** incidirá, exceto no caso de o condomínio estar inscrito em cadastro de imóvel rural.
- D** não incidirá, pois a quantidade de melhoramentos mantidos pelo poder público não supre o mínimo legal exigido.
- E** não incidirá, mesmo que todos os melhoramentos passem a ser mantidos pelo poder público.

QUESTÃO 26

De acordo com o Código Civil, consiste(m) em objeto de averbação em registro público

- A** a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- B** os nascimentos, casamentos e óbitos.
- C** os atos judiciais ou extrajudiciais de adoção.
- D** a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- E** os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

QUESTÃO 27

Sinéσιο, turista brasileiro em Las Vegas, compareceu a um cassino naquela cidade norte-americana, cuja atividade é lícita, e contraiu dívida de US\$ 1.000.000. Ao encerrar a jogatina, Sinéσιο saiu do local sem efetuar o pagamento e, no dia seguinte, retornou ao Brasil. Passado algum tempo, ele foi comunicado da existência de uma ação de cobrança proposta no Brasil pela sociedade empresária administradora do cassino. A autora da ação alega que a obrigação regularmente contraída nos Estados Unidos da América não foi paga. Inconformado, Sinéσιο sustenta que a cobrança é ilícita, pois o jogo explorado por cassinos é proibido pela legislação brasileira. Além disso, segundo Sinéσιο, por ser esse um jogo proibido, a dívida é inexigível judicialmente, e entender o fato de modo diverso geraria violação à soberania brasileira.

Considerando-se essa situação hipotética, o entendimento do STJ e as previsões contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que

- A** a dívida de jogo contraída por Sinéσιο é uma obrigação natural e, portanto, exigível judicialmente.
- B** a dívida de jogo contraída por Sinéσιο é uma obrigação civil, porém a sua exigibilidade afronta a soberania brasileira.
- C** a dívida de jogo contraída por Sinéσιο no exterior é exigível no Brasil, pois deve ser observada a legislação do país de origem da dívida.
- D** a dívida de jogo contraída no exterior por Sinéσιο, por violar os bons costumes nacionais, não poderá ser exigida no Brasil.
- E** a dívida de jogo contraída por Sinéσιο no exterior não pode ser cobrada no Brasil, pois afronta a ordem pública brasileira.

QUESTÃO 28

Mário dirigia seu veículo em velocidade compatível com a via em que trafegava e foi surpreendido pela travessia de Pedro, que caminhava fora da faixa destinada aos pedestres. Naquele momento, Pedro utilizava o telefone móvel para o envio de uma mensagem de texto e não observou a aproximação do veículo conduzido por Mário. Para evitar o atropelamento, Mário teve de efetuar uma manobra brusca, o que culminou na colisão com o veículo de Ana, que estava regularmente estacionado.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A conduta de Mário foi ilícita, razão pela qual surge a obrigação de indenizar Ana.
- B** A responsabilidade civil pelo acidente deve ser imputada diretamente a Pedro.
- C** A excludente de responsabilidade do fortuito incide em favor de Pedro.
- D** A conduta de Mário foi lícita; contudo, nessa situação, há obrigação de indenizar Ana.
- E** Mário agiu no exercício regular do direito, razão pela qual não será obrigado a indenizar Ana.

QUESTÃO 29

Um médico-cirurgião, empregado de determinado hospital, durante a realização de uma cirurgia, amputou a perna de Maria, que, muito abalada, ajuizou uma ação contra o referido médico e o hospital. Em contestação, o médico afirmou que havia realizado o procedimento para salvar a vida da paciente e que uma possível responsabilidade que pudesse ser a ele atribuída necessitaria de comprovação da culpa. Por sua vez, o hospital sustentou não ter nenhuma responsabilidade no caso em discussão, que decorreu de conduta exclusiva do médico.

Considerando que tenha sido comprovado o dano suportado pela paciente e causado pela conduta do médico, assinale a opção correta acerca da relação jurídica estabelecida entre as partes e a responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.

- A** A relação jurídica estabelecida entre Maria e o hospital tem natureza civil.
- B** A responsabilidade civil do médico somente poderá ser aferida mediante a comprovação da culpa.
- C** A responsabilidade civil do hospital é subjetiva, em razão da natureza contratual da relação jurídica.
- D** A responsabilidade civil é objetiva e incidirá somente sobre o hospital.
- E** A relação jurídica estabelecida entre Maria e o médico é uma relação jurídica de consumo.

QUESTÃO 30

A propósito do abuso do direito, segundo o Código Civil e o entendimento doutrinário sobre o tema, assinale a opção correta.

- A** O abuso do direito é um ato lícito, porém indenizável.
- B** Para a caracterização do abuso do direito, basta o critério objetivo finalístico.
- C** O abuso do direito prescinde da discussão sobre a boa-fé objetiva.
- D** Para a configuração do abuso do direito, é suficiente o reconhecimento da culpa em sentido estrito.
- E** Para a caracterização do abuso do direito, há a necessidade da demonstração da existência de dolo por parte do agente.

QUESTÃO 31

De acordo com o Código Civil e o entendimento jurisprudencial do STJ, assinale a opção correta no que tange a contrato de seguro.

- A** É válida a exclusão de cobertura de seguro de vida na hipótese de sinistro decorrente de conduta do segurado praticada em estado de embriaguez.
- B** Na hipótese de pagamento do valor da apólice ao segurado pela seguradora, esta poderá acionar em regresso o autor do dano, mas não se sub-roga nos direitos e nas ações que competirem ao segurado.
- C** Em caso de morte do segurado por suicídio no transcurso do primeiro ano de vigência do contrato de seguro de vida, o beneficiário terá direito à indenização.
- D** O suicídio não premeditado, se ocorrido no transcurso do segundo ano de vigência do contrato de seguro de vida, é hipótese de pagamento ao beneficiário da indenização decorrente do contrato.
- E** O capital estipulado no seguro de vida não é considerado como herança para todos os efeitos de direito.

QUESTÃO 32

Acerca dos novos arranjos familiares e da separação judicial, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores e da doutrina.

- A** Embora decorram da união homoafetiva todos os direitos e deveres que emanam da união estável entre homem e mulher, essa união não é considerada uma entidade familiar.
- B** É constitucional a diferenciação de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, tal como o previsto no Código Civil.
- C** A emenda constitucional que suprimiu a necessidade de prazo para o divórcio e o sistema bifásico incorreu na revogação tácita da legislação infraconstitucional que versa sobre a separação judicial.
- D** É juridicamente impossível que uma pessoa tenha dois pais, um biológico e outro socioafetivo, e receba de ambos os direitos relacionados a essa filiação.
- E** A família eudemonista resulta do arranjo familiar que busque a felicidade individual com o propósito de emancipação de seus membros.

QUESTÃO 33

Joana, em crise de depressão, contratou Jacinto para matá-la no dia 21/4/2018. Para tanto, foi convencido como forma de pagamento o veículo de propriedade de Joana, o qual foi entregue a Jacinto em 15/4/2018. No dia da obrigação pactuada, Jacinto desistiu da tarefa e comunicou a decisão a Joana. Informada, ela propôs ação de repetição do indébito contra Jacinto e requereu a restituição de R\$ 30.000, valor correspondente ao veículo entregue como forma de pagamento, ou a destinação do valor a entidade de beneficência.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O objeto imediato da obrigação pactuada entre as partes é lícito, mas está impedida a produção de efeitos.
- B** No caso, uma vez que foi dada coisa para obtenção de fim ilícito, o juiz reverterá o valor pago por Joana em proveito de uma entidade de beneficência, a seu critério.
- C** A situação retrata a prática de promessa de recompensa por Joana.
- D** Joana terá direito à repetição do que pagou, pois o ordenamento jurídico brasileiro veda o enriquecimento ilícito.
- E** Joana deverá demonstrar o erro pelo pagamento indevido para que lhe seja restituído o pagamento efetuado.

QUESTÃO 34

Acerca da propositura de ação de natureza coletiva por associação, entidade de classe ou organização sindical, assinale a opção correta à luz do entendimento do STF.

- A** As associações e os sindicatos possuem legitimidade para propor a ação em defesa de seus filiados, na qualidade de substitutos processuais, independentemente de autorização expressa ou de procuração individual por eles fornecida.
- B** Durante a fase de cumprimento de sentença, os associados que não tenham conferido autorizações para a propositura da demanda podem se beneficiar do título executivo judicial constituído na fase de conhecimento.
- C** A expressão contida no art. 5.º, XXI, da Constituição Federal de 1988 (CF), refere-se à substituição processual e não à representação processual.
- D** Os sindicatos possuem ampla legitimidade para atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria que representem, mesmo na fase de cumprimento de sentença, independentemente de autorização dos sindicalizados.
- E** Na hipótese de mandado de segurança coletivo, as associações atuam como representantes processuais daqueles filiados que busquem defender os interesses de seus membros ou associados.

QUESTÃO 35

De acordo com o entendimento do STF sobre a declaração pelos tribunais de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, assinale a opção correta.

- A** As demandas deverão ser submetidas à regra da reserva de plenário mesmo quando a arguição de inconstitucionalidade for de decisão fundamentada em jurisprudência do plenário do STF.
- B** O STF ainda não tem entendimento uniforme a respeito da exigência de aplicação da regra da reserva de plenário nos casos em que for arguida a inconstitucionalidade de leis anteriores à CF.
- C** A regra da reserva de plenário deve ser aplicada nas hipóteses de arguição de inconstitucionalidade de atos normativos de caráter individual e de efeitos concretos.
- D** O mero afastamento da aplicação de determinada lei sem a declaração de sua inconstitucionalidade afasta a exigência da observância da regra da reserva de plenário.
- E** A regra de que é necessária a maioria absoluta dos membros do colegiado para declarar a inconstitucionalidade de uma lei abrange os processos na esfera recursal dos juizados especiais.

QUESTÃO 36

De acordo com o entendimento do STJ, assinale a opção correta, a respeito de ação civil pública.

- A** O autor, o réu e os litisconsortes da ação civil pública estão dispensados do adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e outras despesas.
- B** A condenação da parte requerida ao pagamento de honorários advocatícios em ação civil pública é incabível, salvo se for comprovada a sua má-fé.
- C** A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva não podem ser ajuizadas no foro do domicílio do beneficiário ainda que seja observada a extensão do dano.
- D** A eficácia subjetiva da sentença coletiva abrange os substituídos domiciliados em todo o território nacional desde que a ação tenha sido proposta por entidade associativa de âmbito nacional no domicílio de sua sede e seja contra a União.
- E** O ajuizamento de ação coletiva relativa à macrolide geradora de processos multitudinários não suspende o curso das respectivas ações individuais, em razão da independência de instâncias entre as ações.

QUESTÃO 37

Percebeu-se que o conceito tradicional de contraditório fundado no binômio informação + possibilidade de reação garantia a observação desse princípio tão somente no aspecto formal. Para que tal princípio seja substancialmente respeitado, não basta informar e permitir a reação, mas exigir que esta, no caso concreto, tenha real poder de influenciar o juiz na formação de seu convencimento e na prolação de sua decisão, porque, caso contrário, o contraditório não teria grande significação prática. O poder de influência passa a ser, portanto, o terceiro elemento do contraditório, tão essencial quanto os elementos da informação e da possibilidade de reação.

Daniel A. A. Neves. Novo Código de Processo Civil comentado artigo por artigo. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 164 (com adaptações).

Considerando essa concepção de princípio do contraditório e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A** Por ser considerado um vício sanável, a tempestividade recursal poderá ser comprovada em momento posterior à interposição do recurso na hipótese da ocorrência de feriado local.
- B** Em razão da mais recente concepção do princípio do contraditório, o Código de Processo Civil não admite o deferimento de decisão sem a oitiva prévia da parte que seja beneficiada pela medida.
- C** Para julgar com base no enquadramento normativo diverso daquele invocado pelas partes, cabe ao juiz observar o dever de consulta às partes, mesmo sendo essa uma matéria que possa ser conhecida de ofício.
- D** A decisão de magistrado baseada no instituto da decadência é uma exceção legal ao dever de consulta às partes.
- E** Na hipótese de mandado de segurança, que consiste em rito especial, o juiz poderá decidir contra a parte sem que ela seja ouvida previamente.

QUESTÃO 38

A respeito dos efeitos e do cumprimento das sentenças, assinale a opção correta.

- A** Sentença declaratória que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar não possuirá eficácia executiva diante da ausência de condenação.
- B** Prolação de sentença sobre relação jurídica sujeita a condição ou termo não é admitida, pois isso impossibilitaria o cumprimento de sentença.
- C** Decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto após o prazo de quinze dias para pagamento voluntário.
- D** Sentença que julgue improcedente pedido de declaração de inexistência de relação jurídica obrigacional entre demandante e demandado não possuirá eficácia executiva.
- E** Execução de sentença arbitral estrangeira que reconheça obrigação de pagar não é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

QUESTÃO 39

A propósito de fraude à execução, assinale a opção correta.

- A** A alienação de bem é considerada fraude à execução se sobre o bem pender ação fundada em direito real, independentemente de averbação desse bem em registro público.
- B** A oneração de bem é considerada fraude à execução se tiver sido averbada a pendência do processo de execução no registro do bem sujeito à penhora, arresto ou indisponibilidade.
- C** O terceiro adquirente de bem não sujeito a registro tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a sua aquisição por qualquer meio em direito admitido.
- D** Após declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente para que se manifeste no prazo de quinze dias.
- E** A alienação em fraude à execução é nula em relação ao exequente.

QUESTÃO 40

Acerca do instituto da reclamação constitucional previsto no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- A** A reclamação não é admitida para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante do STF, se, para a correta análise do ato impugnado, for necessária dilação probatória além da prova documental.
- B** Haverá a perda superveniente do objeto da reclamação constitucional anteriormente proposta, caso a decisão judicial impugnada seja reformada pela instância superior em sede de recurso.
- C** A reclamação constitucional é admitida para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, ainda que não esgotadas as instâncias ordinárias.
- D** Interessados no tema discutido na reclamação constitucional estarão impedidos de impugnar pedido do reclamante em razão da estreita via desse instituto.
- E** O prazo para os beneficiários de decisão reclamada contestar será de quinze dias, independentemente de eles terem procuradores diversos.

QUESTÃO 41

Com base no disposto no Código de Processo Civil, acerca do instituto da ação rescisória, assinale a opção correta.

- A** Admite-se a propositura de ação rescisória para desconstituir acórdão proferido baseado em julgamento de casos repetitivos em que não se tenha considerado a distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe tenha dado fundamento.
- B** É cabível a ação rescisória quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for fundada em erro de fato que represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.
- C** A distribuição da petição inicial da ação rescisória ao relator suspende automaticamente o cumprimento da decisão rescindenda.
- D** A escolha de relator poderá recair em juiz que tenha participado do julgamento rescindendo, sendo dispensada a justificativa dessa distribuição pelo tribunal.
- E** O autor que, posteriormente ao trânsito em julgado, obtiver prova nova cuja existência ignorava e que for capaz de lhe assegurar pronunciamento favorável terá, para propor a ação rescisória, o prazo máximo de dois anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

QUESTÃO 42

A respeito das formas de impugnação de decisões judiciais, assinale a opção correta.

- A** As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento elencadas no Código de Processo Civil têm natureza meramente exemplificativa, razão pela qual esse recurso pode ser interposto quando verificadas outras hipóteses de urgência para a apreciação do decidido.
- B** A jurisprudência do STJ admite a impetração de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.
- C** O *amicus curiae* pode impugnar decisões judiciais exclusivamente por meio da oposição de embargos de declaração e da interposição de recurso contra decisão que julgar incidente de resolução de demandas repetitivas.
- D** Caso a apelação não tenha ainda sido distribuída ao relator, o pedido de concessão de efeito suspensivo poderá ser formulado por requerimento dirigido ao juízo prolator da decisão recorrida.
- E** Os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz, contudo, são inadmissíveis para sanar erros materiais.

QUESTÃO 43

As teorias da pena buscam explicar a finalidade a ser alcançada por meio das sanções penais. Acerca dessas teorias, assinale a opção correta.

- A** A teoria da prevenção especial negativa dispõe que a pena tem viés retributivo-preventivo, com vistas a combater a prática de crimes.
- B** Segundo a teoria absoluta, a pena tem a finalidade de prevenir o delito, por meio de medidas afliativas e ressocializadoras, de modo a evitar o cometimento de novos crimes.
- C** A teoria unitária da pena define que a finalidade da pena é castigar o indivíduo infrator, desprezando-se sua reintegração à sociedade.
- D** Na teoria conciliadora, a pena tem viés vingativo e visa restringir direitos do apenado como forma de retribuir o mal injusto praticado, promovendo a pacificação social.
- E** De acordo com a teoria da prevenção geral positiva, a finalidade da pena é levar à comunidade os valores das normas e dos bens jurídicos tutelados pela lei penal.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta, relativa à teoria do delito e ao erro no direito penal.

- A** O erro sobre a ilicitude do fato exclui o dolo da conduta, visto que permite a punição do fato a título de culpa, quando escusável.
- B** O erro mandamental evitável não exclui a responsabilização penal do agente, que poderá responder pelo crime somente a título de culpa, sem incidência de minorante na pena.
- C** A consumação do delito, em crimes formais, ocorre com o mero resultado jurídico, de forma que dispensa a mudança do mundo exterior para a obtenção do resultado típico.
- D** Os crimes comissivos, por serem crimes não transeuntes, não admitem tentativa, embora sejam crimes materiais.
- E** O crime plástico, por ser unissubsistente, ainda que material, não admite a sua forma tentada.

QUESTÃO 45

Acerca da classificação de crimes, assinale a opção correta.

- A** O crime preterdoloso ocorre quando o agente atua com culpa na conduta antecedente, mas o resultado agrava a pena devido a uma conduta dolosa posterior.
- B** O alcance e a ocorrência fática da elementar subjetiva prevista no tipo penal são exigidos para a consumação de delito de tendência interna transcendente.
- C** O crime plurissubjetivo de condutas convergentes ocorre quando os agentes, desde o início do cometimento do crime, de comum acordo, praticam a conduta descrita no núcleo do tipo penal no sentido de auxílio mútuo, visando ao mesmo fim.
- D** O delito atrofiado de dois atos, embora possa ser não transeunte, é praticado pelo agente com a intenção de se praticar outro ato criminoso posterior, malgrado não se exija esse novo comportamento para a consumação do crime mutilado.
- E** O delito gratuito, cuja conduta não admite o fracionamento em diversos atos, contrapõe-se ao crime mercenário, pois o agente o pratica sem contraprestação financeira.

QUESTÃO 46

A respeito da teoria do delito e da ação, assinale a opção correta.

- A** A teoria finalista de Hans Welzel define que a ação consiste no mero movimento corporal capaz de alterar o mundo exterior, independentemente da intenção do agente.
- B** A ação, no neokantismo, é o movimento corporal impregnado de finalidade para se atingir o propósito consciente almejado pelo agente.
- C** A teoria causalista do delito propõe que o dolo e a culpa, por estarem situados na conduta, tornam o injusto penal a parte subjetiva do conceito de crime.
- D** A teoria funcionalista radical, de Gunther Jackobs, assevera que a missão do direito penal é a proteção da norma e a punição do indivíduo desviante.
- E** A ação, na teoria do funcionalismo sistêmico, de Claus Roxin, designa o exercício de uma atividade final, que direciona a conduta humana ao ato consciente e voluntário para o cometimento do crime.

QUESTÃO 47

Considerando-se o estudo do dolo e da culpa na teoria do delito, é correto afirmar que se está diante

- A** da teoria da decisão contrária ao bem jurídico, no campo das teorias volitivas do dolo, quando o agente produz um resultado típico por integrar a realização de seu plano, diferenciando-se de um mero descuido.
- B** da culpa inconsciente, quando o agente não prevê o resultado imprevisível, de modo a retirar a conduta, e, por consequência, não resulta crime por falta de ilicitude.
- C** do dolo indireto alternativo objetivo, quando o agente prevê a ocorrência do resultado, mas espera, realmente, que ele não aconteça.
- D** da conduta negligente, quando o agente deixa de adotar as cautelas exigíveis, o que elide a ilicitude do fato típico, em razão da ausência do resultado normativo.
- E** da conduta imperita, em que o agente conduz uma experiência comum arriscada ou perigosa, aferida pelo comportamento do homem médio, e causa efetiva lesão ao bem jurídico tutelado.

QUESTÃO 48

Acerca dos pensamentos criminológicos e das bases históricas, filosóficas e teóricas do direito penal, assinale a opção correta.

- A** O direito penal do inimigo, de Gunther Jakobs, estabelece a proteção da norma jurídica como fator de proteção social, com recrudescimento das medidas penais com vistas à contenção da violência, mas garantindo ao inimigo a postura de sujeito de direito, por meio da observância das garantias constitucionais.
- B** O neopunitivismo, como movimento panpenalismo, estabelece baixo nível de seletividade dos fatos criminosos e de seus autores pelas leis penais e máxima garantia ao cidadão contra a intervenção excessiva do Estado punitivista.
- C** O direito intervencionista oferece soluções satisfatórias para o enfrentamento da criminalidade, com ampliação do Estado punitivista e imposição de penas mais drásticas na contenção de crimes de perigo abstrato ou contra bens coletivos ou difusos.
- D** O Código Criminal do Império foi criado, em 1830, com vistas ao estabelecimento de um ordenamento jurídico penal brasileiro próprio, embora não tenha conseguido seu intento liberal, diante de obstáculos socioeconômicos enraizados na sociedade agrária, escravista e patriarcal existente à época.
- E** A criminalização primária, consistente no poder punitivo subjetivo exercido pelo Estado contra pessoas determinadas, caracteriza-se pela seletividade e vulnerabilidade, com fundamento na teoria do etiquetamento.

QUESTÃO 49

No que concerne ao crime impossível, à tentativa, à desistência voluntária, aos arrependimentos eficaz e posterior e à teoria do tipo, assinale a opção correta.

- A** O Código Penal brasileiro adotou a teoria objetiva pura para a caracterização do crime impossível, em razão da inidoneidade do objeto ou do meio para a prática do crime.
- B** A tentativa incoerente ou branca ocorre quando, iniciados os atos executórios, o agente não consegue a consumação do delito, por força alheia à sua vontade, e nem atinge o objeto material do crime.
- C** A resipiscência ocorre quando o agente, durante os atos executórios, abandona a empreitada criminosa, deixando o seu intento inicial, embora com a superveniência do resultado lesivo idealizado.
- D** O arrependimento posterior ocorre quando o agente, mesmo em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa ou ao bem tutelado, repara o dano à pessoa ou restitui o bem até a prolação da sentença, por ato voluntário próprio.
- E** A elementar normativa do tipo penal incriminador consiste na descrição de elemento que dispensa valoração no caso concreto, porquanto a própria norma se mostra compreensível abstratamente.

QUESTÃO 50

Considerando os dispositivos processuais penais, julgue os itens subsecutivos, relativos à resposta à acusação.

- I A resposta à acusação é uma peça processual de oferecimento obrigatório pelo acusado pessoalmente citado.
- II É exigível a resposta à acusação somente nos processos que tratam de crimes para os quais se aplica o procedimento comum ordinário.
- III A resposta à acusação viabiliza o julgamento antecipado da lide e a consequente absolvição sumária do acusado na hipótese de inimputabilidade do agente por doença mental.
- IV Consiste a resposta à acusação em uma oportunidade processual na qual, entre outros pedidos, deve ser indicado o rol de testemunhas e requerida as suas oitivas, sob pena de preclusão.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 51

À luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial dos tribunais superiores, assinale a opção correta, acerca de nulidades no processo penal.

- A A falta de assinatura do juiz em decisões judiciais constitui irregularidade formal, desde que não haja dúvidas da autenticidade do ato processual.
- B A falta de recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido, é causa de nulidade absoluta e circunstância impeditiva para que se aperfeiçoem a preclusão e o trânsito em julgado da decisão judicial.
- C A inépcia da denúncia implica nulidade dos atos processuais posteriores a ela, razão pela qual é viável a sua arguição mesmo após prolatada a sentença condenatória.
- D No âmbito criminal, é vedado ao magistrado reconhecer de ofício a nulidade relativa sem que haja a devida provocação das partes nesse sentido.
- E No caso de recurso contra sentença absolutória, a nulidade absoluta deverá ser reconhecida de ofício pelo tribunal *ad quem* ainda que não seja alegada pelo órgão da acusação.

QUESTÃO 52

João e outras pessoas foram acusados pela prática de crime contra o sistema financeiro nacional. No decorrer da instrução criminal na justiça comum, João foi eleito e assumiu mandato de prefeito municipal.

A partir dessa situação hipotética, das regras de competência no processo penal bem como da jurisprudência e doutrina correlatas, é correto afirmar que

- A prevalecerá a competência do juízo onde foi praticado o primeiro ato de jurisdição.
- B haverá a instauração de novo processo em relação ao prefeito.
- C será facultativa a separação entre o processo do prefeito e os dos demais corréus.
- D será impositivo o deslocamento da competência para jurisdição de maior graduação em relação a todos os corréus.
- E permanecerá suspenso o processo relativo ao prefeito até o final do seu mandato eletivo.

QUESTÃO 53

O Código de Processo Penal, em diversos dispositivos, utiliza a expressão *indiciado* para indicar a pessoa em relação à qual existe inquérito policial em curso. Assinale a opção correta, acerca do indiciamento no âmbito do procedimento policial.

- A Quando ausente ou deficiente, vicia o inquérito policial e, conseqüentemente, contamina também o processo criminal a que se destina.
- B Poderá ser viabilizado após o recebimento da denúncia.
- C Vincula o ofendido ao oferecimento da queixa na hipótese de ação penal privada.
- D Deverá ser formulado pela autoridade policial quando requisitado pelo Ministério Público.
- E Poderá ser formalizado de forma indireta ante a não localização do investigado.

QUESTÃO 54

À luz dos dispositivos da Lei n.º 9.099/1995 bem como da doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A É considerado crime de menor potencial ofensivo a infração penal cuja pena máxima de privação da liberdade seja superior a dois anos, mas que tenha previsão alternativa de pena de multa.
- B Havendo divergência entre o órgão acusador e o magistrado quanto à aplicação da suspensão condicional do processo, poderá o juiz conceder, de ofício, o instituto despenalizador.
- C É cabível a apelação contra a decisão de rejeição da denúncia ou da queixa-crime, devendo o recurso ser interposto no prazo de dez dias por petição ou termo nos autos.
- D Compete exclusivamente ao seu titular, na ação penal privada, propor a transação penal ao querelado, não cabendo ao Ministério Público a prerrogativa de ofertá-la, mesmo diante da inércia do titular.
- E Compete ao tribunal de justiça local processar e julgar revisão criminal proposta pelo réu contra sentença homologatória de transação penal proferida em juízo especial criminal.

QUESTÃO 55

Em relação à prova obtida por meio de interceptação telefônica e ao sigilo telefônico, assinale a opção correta, tendo como referência a Lei n.º 9.296/1996 e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dos tribunais superiores.

- A A prova obtida por força de interceptação telefônica judicialmente autorizada poderá, a título de prova emprestada, subsidiar denúncia em outro feito que investigue crime apenado com detenção.
- B A quebra do sigilo de dados telefônicos pertinentes aos dados cadastrais de assinante e aos números das linhas chamadas e recebidas submete-se à disciplina da referida legislação.
- C A referida lei de regência condiciona a possibilidade de imposição da medida de interceptação telefônica na fase de investigação criminal à instauração do inquérito policial competente.
- D Para a determinação da interceptação telefônica, é necessário juízo de certeza a respeito do envolvimento da pessoa a ser investigada na prática do delito em apuração.
- E Gravação telefônica realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro e sem autorização judicial caracteriza meio ilícito de prova por violar o direito à intimidade constitucionalmente protegido.

QUESTÃO 56

Joaquim foi vítima de crime de lesão corporal de natureza grave praticado, em tese, por Francisco, o que resultou em sérios prejuízos patrimoniais à vítima bem como em instauração de processo criminal contra o suposto autor do delito.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando os dispositivos processuais que regem a ação civil *ex delicto*.

- A** Joaquim deverá aguardar o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, para, somente depois, executá-la na esfera cível.
- B** A absolvição de Francisco com base no reconhecimento de causa exculpante faz coisa julgada no juízo cível.
- C** Joaquim poderá propor ação civil *ex delicto*, de caráter cognitivo, valendo-se de cautelares do Código de Processo Penal para assegurar o patrimônio do réu que garanta indenização conferida pelo juízo cível.
- D** A requerimento de Joaquim, caso ele seja pobre, a ação civil poderá ser promovida pelo Ministério Público.
- E** A sentença penal absolutória que reconhecer, categoricamente, que a conduta de Francisco é materialmente atípica não impedirá a propositura da ação civil por Joaquim.

QUESTÃO 57

João, de 19 anos de idade, foi vítima de crime de calúnia praticado por Maria. Ciente da autoria do ato delituoso, João relatou os fatos informalmente ao delegado de polícia e solicitou orientação sobre as providências a serem adotadas.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, acerca de crime que se apura mediante ação penal privada.

- A** Em face do princípio da oficiosidade, o delegado de polícia deverá instaurar o procedimento investigatório, independentemente da formalização do requerimento de João.
- B** A instauração do inquérito policial suspende a fluência do prazo decadencial para o ingresso da ação penal em juízo até a completa apuração dos fatos.
- C** Caso João venha a falecer após a instauração do inquérito policial e antes da ação penal, o direito de oferecer queixa-crime passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- D** Por ser João menor de 21 anos de idade, o direito de queixa poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal.
- E** Instaurada a ação penal competente e havendo inércia de João, o Ministério Público poderá dar prosseguimento à referida ação.

QUESTÃO 58

A respeito de empresário e atividade empresarial, assinale a opção correta.

- A** O exercício de atividade econômica de forma esporádica não descaracteriza a atividade empresarial.
- B** A responsabilidade dos sócios pelas obrigações de uma sociedade empresária que explore irregularmente sua atividade econômica está limitada ao valor do capital social.
- C** É obrigação de todo empresário fazer sua inscrição na junta comercial antes de dar início à exploração de sua atividade empresarial.
- D** O exercício profissional da atividade econômica pressupõe, entre outras características, o monopólio das informações relativas aos bens e serviços oferecidos ao mercado pelo empresário.
- E** São considerados empresários todos aqueles que exerçam profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, com o concurso de auxiliares ou colaboradores.

QUESTÃO 59

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte — Lei Complementar n.º 123/2006 — estabelece tratamento diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) com o objetivo de fomentar o pequeno negócio como forma de geração de empregos e renda.

Em relação à simplificação das relações trabalhistas, as ME e EPP estão dispensadas, entre outras, da seguinte obrigação trabalhista:

- A** proceder a anotações na carteira de trabalho e previdência social.
- B** arquivar os documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto tais obrigações não prescreverem.
- C** comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.
- D** apresentar a guia de recolhimento do fundo de garantia do tempo de serviço e informações à previdência social.
- E** apresentar a relação anual de informações sociais e do cadastro geral de empregados e desempregados.

QUESTÃO 60

Marca é um sinal distintivo cuja finalidade é identificar produtos e serviços, dando-lhes uma identidade. A marca que identifica produtos ou serviços feitos por membros de associação, cooperativa, sindicato, entre outros, é denominada

- A** marca figurativa.
- B** marca nominativa.
- C** marca de certificação.
- D** marca de alto renome.
- E** marca coletiva.

QUESTÃO 61

A respeito das características do cheque e da nota promissória, assinale a opção correta.

- A** É admitida nota promissória ao portador, não sendo requisito essencial de validade desse título de crédito a indicação do nome do credor no documento.
- B** O cheque deve ser apresentado para protesto no lugar do pagamento, ou seja, na praça em que é mantida a conta do emitente, ou no local de domicílio do emitente.
- C** O cheque apresentado em data anterior àquela nele estipulada deve ser devolvido pela instituição financeira, independentemente da existência de saldo em conta-corrente suficiente para honrá-lo.
- D** São requisitos essenciais da nota promissória o local de emissão e o de pagamento.
- E** É admitida a emissão de segunda via da nota promissória.

QUESTÃO 62

À luz da Lei n.º 11.101/2005, que regulamenta a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e de sociedade empresária, é correto afirmar que

- A** a decretação da falência suspende o curso de todas as ações e execuções em face do devedor, incluídas aquelas que demandam quantia ilíquida.
- B** estão sujeitas à falência a empresa pública, a sociedade de economia mista e a instituição financeira pública ou privada.
- C** os créditos tributários, de acordo com a classificação legal dos créditos concursais na falência, têm preferência sobre os demais.
- D** devedor que exercer regularmente suas atividades há pelo menos um ano e não tiver obtido a concessão da recuperação judicial há menos de três anos poderá requerer o benefício.
- E** as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que afirmem essa intenção no pedido inicial de recuperação judicial.

QUESTÃO 63

A respeito da finalidade e do processamento do protesto, assinale a opção correta.

- A** O protesto de um título tem por finalidade básica provar publicamente o atraso do devedor e resguardar o direito de crédito do credor.
- B** O título parcialmente pago e vencido não pode ser protestado pelo saldo remanescente.
- C** A retenção do título ou do documento de dívida, bem como a dilatação do prazo para protesto a pedido das partes ficam a critério do tabelião.
- D** O protesto de título ou de outros documentos de dívida emitidos fora do Brasil e em moeda estrangeira não pode ser realizado, mesmo que acompanhados de tradução juramentada.
- E** O pagamento de título ou de documento de dívida apresentado para protesto somente pode ser feito diretamente no tabelionato onde esteja o título.

QUESTÃO 64

Em regra, as atividades dos ofícios notariais e de registro são definidas de modo objetivo e taxativo, o que significa que eles somente podem realizar os serviços que lhes são inerentes; todavia, são autorizados a prestar outros serviços remunerados, mediante o devido convênio, os cartórios

- A** de notas.
- B** de protesto.
- C** de registro civil de pessoas naturais.
- D** de registro de títulos e documentos.
- E** de registro de imóveis.

QUESTÃO 65

Consoante jurisprudência dominante, a transformação de serventias notariais e registrais, no âmbito dos estados, depende de

- A** lei estadual, de iniciativa concorrente do Poder Executivo e do Poder Judiciário.
- B** lei estadual, de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.
- C** lei estadual, de iniciativa exclusiva do Poder Judiciário.
- D** decreto estadual do Poder Executivo.
- E** resolução do tribunal de justiça do estado.

QUESTÃO 66

Considerando-se as normas do Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Aplicado aos Serviços Notariais e de Registro relativamente à informatização dos serviços notariais e registrais, é correto afirmar que

- A** a informatização dos registros é uma obrigação dos tabeliães e dos registradores.
- B** os registros eletrônicos pertencem à pessoa física do tabelião ou do registrador, enquanto os registros em livros pertencem à serventia.
- C** a garantia de inviolabilidade do conteúdo dos livros existentes apenas em meio eletrônico deverá ser atestada pelo titular e por empresa de auditoria em informática.
- D** a serventia que adotar sistemas de informática de dados deverá, em regra, manter, também, os livros obrigatórios, confeccionados mediante encadernação das folhas extraídas pelo sistema de impressão.
- E** os requerimentos judiciais de informações de dados integrantes do acervo das serventias realizados por meio eletrônico e por meio físico não poderão ser respondidos por meio eletrônico.

QUESTÃO 67

De acordo com as normas do Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Aplicado aos Serviços Notariais e de Registro, nas serventias de notas, o reconhecimento de firma é ato pessoal apenas do

- A** tabelião e de escrevente por ele autorizado.
- B** substituto do tabelião e de escrevente por ele autorizado.
- C** tabelião e dos demais empregados da área fim da serventia de notas.
- D** tabelião, do seu substituto e de escrevente autorizado.
- E** tabelião e dos seus substitutos.

QUESTÃO 68

Conforme a CLT, para efeito de indenização e estabilidade, será computado como tempo de serviço

- A o tempo de permanência do empregado nas instalações da empresa, por sua própria escolha, para descanso.
- B o período em que o empregado estiver afastado do trabalho por motivo de acidente do trabalho.
- C o tempo de permanência do empregado nas instalações da empresa, por sua própria escolha, para realizar higiene pessoal.
- D o período em que o empregado permanecer na empresa, por sua própria escolha, em razão de fato que gere insegurança para sua saída.
- E o tempo de permanência do empregado nas instalações da empresa, por sua própria escolha, para alimentar-se.

QUESTÃO 69

Constitui requisito essencial para que seja efetuado o cancelamento do registro do protesto a

- A anuência do credor, na impossibilidade de apresentação do original do título, que pode ser transmitida por um sistema de certificação digital de documentos devidamente autorizado.
- B solicitação exclusiva do devedor, ou, se pessoa jurídica, do seu representante ou preposto.
- C anuência escrita da pessoa jurídica, sendo dispensada a apresentação de cópia do respectivo contrato social.
- D mera apresentação do documento protestado.
- E anuência do juízo da respectiva comarca.

QUESTÃO 70

Depois do lançamento de um assento no registro civil, o oficial constatou erro em registro lançado antes deste. Para corrigir o erro, o oficial, por conta própria, promoveu emenda.

Neste caso, de acordo com a norma de regência, o ato do oficial será considerado

- A inexistente e sem efeito jurídico.
- B ineficaz.
- C passível de convalidação.
- D nulo e com efeito jurídico *ex nunc*.
- E anulável, se alegado o vício pelo prejudicado.

QUESTÃO 71

Maria, em trabalho de parto, foi hospitalizada, mas, apesar de toda assistência médica recebida, faleceu durante o parto. O pai da criança é pessoa desconhecida.

Nessa situação hipotética, deverá fazer a declaração de nascimento, segundo a ordem de preferência legal,

- A o administrador do hospital.
- B o parente mais próximo que seja maior e esteja presente.
- C o médico que fez o parto.
- D qualquer pessoa idônea que estivesse acompanhando Maria.
- E o Ministério Público.

QUESTÃO 72

O mandado judicial de adoção inscrito no registro civil será arquivado e implicará, quanto ao registro original do adotado,

- A ineficácia.
- B inexistência.
- C sigilo.
- D cancelamento.
- E nulidade.

QUESTÃO 73

No caso de o pai confirmar expressamente a paternidade após o registro de nascimento do menor que tenha apenas a maternidade estabelecida, será lavrado termo de reconhecimento e a certidão será remetida ao oficial do registro, que irá

- A retificar o registro.
- B emendar o registro.
- C averbar o registro.
- D lavrar novo registro, anulando o anterior.
- E lavrar novo registro, cancelando o anterior.

QUESTÃO 74

Oficial de registro que praticar infração de natureza leve e que, posteriormente, for reincidente em infração de mesma gravidade estará sujeito a penalidade de

- A suspensão e multa.
- B repreensão e multa.
- C repreensão.
- D suspensão.
- E multa.

QUESTÃO 75

No caso de erro na transposição de elementos constantes em ordens e mandados judiciais, o oficial procederá

- A ao suprimento do registro.
- B à emenda do registro.
- C à averbação do registro.
- D à retificação do registro.
- E à anotação à margem do registro.

QUESTÃO 76

Paulo faleceu, tendo deixado testamento cerrado. Seus filhos e a viúva, todos capazes, pretendem, de comum acordo, realizar o inventário e a partilha dos bens por via administrativa, e concordam quanto aos termos dos atos futuros.

Nessa situação, é correto afirmar que, considerando-se a legislação pertinente,

- A a via administrativa não é mais prevista na legislação de regência, restando somente a via judicial.
- B a via administrativa seria possível se Paulo tivesse deixado testamento público.
- C o inventário e a partilha poderão ser realizados pela via administrativa após a abertura e o registro do testamento cerrado deixado por Paulo.
- D o inventário e a partilha poderão ser realizados pela via administrativa, bastando para isso o fato de todos os interessados serem capazes.
- E o inventário e a partilha somente serão possíveis pela via judicial, porque o autor da herança deixou testamento cerrado.

QUESTÃO 77

Considerando o disposto na Lei n.º 6.015/1973 e levando em conta que não existe lei estadual específica em sentido diverso, assinale a opção correta.

- A** O registro civil de pessoas jurídicas deve ser realizado nos escritórios privativos ou nos cartórios de registro de títulos e documentos.
- B** O registro civil de pessoas naturais deve ser realizado nos escritórios privativos ou nos cartórios de registro de títulos e documentos.
- C** O registro de propriedade literária, científica e artística deve ser realizado nos escritórios privativos ou nos cartórios de registro de títulos e documentos.
- D** O registro de imóveis deve ser realizado nos escritórios privativos ou nos cartórios de registro de títulos e documentos.
- E** O registro de títulos e documentos deve ser realizado nos escritórios privativos ou nos cartórios de registro de nascimentos, casamentos e óbitos.

QUESTÃO 78

Mauro e Israel pretendem realizar escrituração pública de compra e venda de bem imóvel urbano no valor de trezentos salários mínimos.

À luz do Decreto n.º 93.240/1986, é correto afirmar que

- A** será necessário apresentar, entre outros documentos e certidões, certificado de cadastro emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- B** será necessário apresentar, entre outros documentos, certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e certidão de ônus reais, ambas expedidas pelo Poder Judiciário e com prazo de validade de sessenta dias.
- C** o tabelião ficará desobrigado de manter em cartório as cópias autenticadas das certidões entregues, que devem ser transcritas na escritura pública e depois devolvidas por ele aos órgãos emissores.
- D** a apresentação das certidões fiscais referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel poderá ser dispensada pelo adquirente que, nesse caso, responderá, nos termos da lei, pelo pagamento dos débitos fiscais existentes.
- E** os documentos de identificação das partes e das demais pessoas que comparecerem à escritura pública são todos de apresentação obrigatória, não podendo ser dispensados pelo tabelião.

QUESTÃO 79

Flávia, após descobrir que determinado sítio veiculava suas fotos sem a sua autorização, fez em seu computador a captura da tela com tais imagens e, temendo que o mantenedor da página virtual suprimisse as fotos, decidiu fazer um registro formal. Por isso, ela foi orientada a realizar escritura pública para atender a essa finalidade.

Nessa situação,

- A** não é cabível nenhuma medida notarial para o registro da situação, uma vez que não há na legislação a possibilidade de consignar o fato em tabelionato.
- B** é cabível o registro da situação por ata notarial, na qual o tabelionato de notas descreverá fielmente os fatos, fazendo constar, também, as imagens no referido instrumento.
- C** é cabível o registro da situação por meio de escritura pública, na qual o tabelionato de notas descreverá fielmente os fatos, fazendo constar, também, as imagens no referido instrumento.
- D** Flávia deverá, por meio de ação judicial, pleitear o registro da situação, que, após determinação do magistrado, será feito por meio de escritura pública.
- E** é cabível o registro da situação por meio tanto de ata notarial como de escritura pública em tabelionato de notas, pois ambos os instrumentos servem ao fim pretendido por Flávia.

QUESTÃO 80

Um tabelião lavrou escritura pública de doação de bens, mesmo ciente de que nela constavam informações falsas, o que causou prejuízos a Pedro.

À luz da Lei n.º 8.935/1994, o prazo para que Pedro exerça a sua pretensão de responsabilização cível do tabelião é de

- A** três anos, a contar da data de lavratura da escritura pública.
- B** cinco anos, a contar da data de lavratura da escritura pública.
- C** três anos, a contar da data da configuração do dano.
- D** cinco anos, a contar da data do trânsito em julgado do processo criminal que responsabilizar o tabelião.
- E** três anos, a contar da data do trânsito em julgado do processo criminal que responsabilizar o tabelião.

QUESTÃO 81

Paulo e Maria, pais de um jovem de 22 anos de idade e de outro de 10 anos de idade, decidiram se divorciar consensualmente. Para tanto, eles pretendem realizar o procedimento pela via administrativa. Paulo irá acompanhado pelo seu advogado, ao passo que Maria não será assistida por um patrono, por ter sido orientada para o fato de que, por ser o procedimento extrajudicial, não haveria a necessidade de assistência jurídica.

De acordo com a legislação pertinente, nessa situação hipotética,

- A** é cabível o divórcio consensual pela via administrativa, e constará na escritura a pensão alimentícia e a partilha de bens.
- B** não é cabível o divórcio consensual pela via administrativa porque o casal tem um filho menor.
- C** é cabível o divórcio consensual pela via administrativa, mas não é possível que na escritura pública Maria retome seu nome de solteira.
- D** não é cabível o divórcio consensual pela via administrativa porque Paulo e Maria devem necessariamente estar assistidos por advogados distintos.
- E** é cabível o divórcio consensual pela via administrativa, embora a escritura pública não constitua título hábil para o registro civil.

QUESTÃO 82

No caso de protesto, não havendo prazo assinado no título ou no documento de dívida, considera-se o termo inicial da incidência de juros, das taxas e das atualizações monetárias sobre o valor da obrigação anteriormente assumida a data

- A do registro do protesto.
- B da apresentação do título para protesto.
- C da intimação do devedor.
- D da juntada da notificação do devedor.
- E do dia útil seguinte à data da intimação do devedor.

QUESTÃO 83

Intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento deverão ser conservados em arquivo por, pelo menos,

- A dois anos.
- B um ano.
- C seis meses.
- D três meses.
- E um mês.

QUESTÃO 84

Na hipótese de extravio do documento original de dívida protestado, o cancelamento do registro do protesto em razão do cumprimento da obrigação exigirá

- A decisão judicial declaratória de inexistência de relação jurídica transitada em julgado.
- B decisão judicial declaratória de cumprimento da obrigação transitada em julgado.
- C declaração de anuência simples daquele que figurou no registro de protesto como credor.
- D declaração de anuência, com identificação e firma reconhecida, daquele que figurou no registro de protesto como credor.
- E declaração de anuência firmada por aquele que figurou no registro de protesto como credor, com as assinaturas de duas testemunhas.

QUESTÃO 85

A prescrição da pretensão de reparação de dano sofrido em decorrência de erro inescusável quando da lavratura de ato registral ocorre em

- A um ano.
- B dois anos.
- C três anos.
- D cinco anos.
- E dez anos.

QUESTÃO 86

O apresentante poderá retirar título ou documento de dívida apresentado para protesto

- A a qualquer tempo, pagos os emolumentos e demais despesas.
- B antes da juntada da intimação do devedor.
- C antes da intimação do devedor.
- D a qualquer tempo, mesmo sem o pagamento dos emolumentos e demais despesas.
- E antes da sua lavratura, pagos os emolumentos e demais despesas.

QUESTÃO 87

No Registro de Imóveis, o livro n.º 4, denominado indicador real, serve

- A como repositório dos nomes de todas as pessoas que, individual ou coletivamente, ativa ou passivamente, direta ou indiretamente, figurarem nos demais livros, devendo-se fazer referência aos respectivos números de ordem.
- B como repositório de todos os imóveis que figurarem nos demais livros, devendo conter sua identificação, referência aos números de ordem dos outros livros e anotações necessárias.
- C para o apontamento de todos os títulos apresentados diariamente, devendo conter o número de ordem, o nome do apresentante e a natureza formal do título.
- D para o registro da matrícula dos imóveis e o registro ou a averbação dos atos correspondentes, quando não for matéria específica do livro de registro auxiliar.
- E para o registro da emissão de debêntures, das cédulas de crédito rural e de crédito industrial e das convenções de condomínio edilício.

QUESTÃO 88

De acordo com a Lei n.º 6.015/1973, são atos feitos por registro no Registro de Imóveis

- A as rendas constituídas sobre imóveis por disposição de última vontade, a imissão provisória na posse concedida à União e a certidão de regularização fundiária (CRF).
- B as convenções antenupciais, as rendas constituídas sobre imóveis por disposição de última vontade e a extinção dos ônus e direitos reais por cancelamento.
- C as sentenças de separação judicial quando contiverem imóveis na respectiva partilha, a extinção dos ônus e direitos reais por cancelamento e a certidão de regularização fundiária (CRF).
- D as sentenças de separação judicial quando contiverem imóveis na respectiva partilha, o termo de securitização de créditos imobiliários submetidos a regime fiduciário e a anticrese.
- E as rendas constituídas sobre imóveis por disposição de última vontade, a anticrese e o termo de securitização de créditos imobiliários submetidos a regime fiduciário.

QUESTÃO 89

De acordo com o Código de Águas — Decreto n.º 24.643/1934 —, denomina-se álveo

- A o acréscimo que decorre da força súbita da corrente quando esta arranca uma parte considerável e reconhecível de um prédio, arrojando-a sobre o solo natural e ordinariamente enxuto.
- B o acréscimo que sucessiva e imperceptivelmente se forma para a parte do rio e dos lagos que transbordem para o solo natural e ordinariamente enxuto.
- C o acréscimo que sucessiva e imperceptivelmente se forma para a parte do mar e das correntes aquém do ponto a que chega a preamar média.
- D a superfície que as águas cobrem quando transbordam do ponto a que chega a preamar média.
- E a superfície que as águas cobrem sem transbordar para o solo natural e ordinariamente enxuto.

QUESTÃO 90

A cédula de crédito rural

- A** somente será considerada um título líquido e certo se contiver uma garantia real cedularmente constituída.
- B** é um título civil, líquido e certo, sendo considerada uma promessa de pagamento em dinheiro mesmo que não contenha uma garantia real cedularmente constituída.
- C** é uma promessa de pagamento em dinheiro, a qual deve conter uma garantia real cedularmente constituída, embora não seja um título líquido e certo.
- D** somente será considerada líquida e certa se feita na modalidade de nota de crédito rural.
- E** é um título civil, líquido e certo, sendo considerada uma promessa de pagamento em dinheiro apenas quando feita na modalidade de nota de crédito rural sem garantia real cedularmente constituída.

QUESTÃO 91

No ato do registro de incorporação, o interessado declarou que a construção de determinado empreendimento imobiliário estaria enquadrada no programa Minha Casa, Minha Vida, razão pela qual os emolumentos decorrentes foram cobrados de forma reduzida, conforme legislação pertinente. Posteriormente, parte das unidades habitacionais desse empreendimento foi desenquadrada do programa em questão por ato do poder público.

Nesse caso, o interessado deverá

- A** pagar uma multa correspondente ao dobro do valor total da redução auferida, a ser recolhida em favor da serventia que registrou o empreendimento.
- B** pagar uma multa correspondente ao dobro do valor total da redução que tenha sido aplicada às unidades desenquadradas, a ser recolhida em favor do poder público.
- C** complementar o pagamento dos emolumentos apenas em relação às unidades habitacionais que foram desenquadradas.
- D** complementar o pagamento dos emolumentos em relação à totalidade das unidades habitacionais do empreendimento.
- E** restituir aos cofres públicos o valor total da redução, acrescido de juros, correção monetária e multa moratória.

QUESTÃO 92

Em se tratando de bens de propriedade particular integrantes do patrimônio histórico e artístico nacional, o Decreto-lei n.º 25/1937 prevê que o tombamento definitivo deve ser transcrito

- A** no registro de imóveis, se o bem tombado for imóvel, ou no registro de títulos e documentos, se bem móvel, devendo ser averbado ao lado da transcrição do domínio.
- B** no registro de imóveis, se o bem tombado for imóvel, ou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), se bem móvel, não sendo necessária qualquer averbação na transcrição do domínio.
- C** no registro de imóveis, em livro próprio, não devendo ser feita a averbação na transcrição do domínio.
- D** no registro de imóveis, devendo ser averbado ao lado da transcrição do domínio.
- E** no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e no registro de títulos e documentos, não sendo necessária qualquer averbação na transcrição do domínio do registro de imóveis.

QUESTÃO 93

Em ação de busca e apreensão, notificação extrajudicial foi enviada e entregue no domicílio do devedor por intermédio de cartório de títulos e documentos.

À luz do entendimento jurisprudencial firmado pelo STJ, essa notificação

- A** não é válida para fins de comprovação da mora.
- B** não é válida, pois seria necessária a comunicação pessoal do devedor para surtir efeitos jurídicos.
- C** é válida para fins de comprovação da mora.
- D** não é válida, pois configura omissão de prestação jurisdicional.
- E** é válida, desde que seja recebida pessoalmente pelo devedor.

QUESTÃO 94

Para a criação de uma associação, o ato constitutivo da pessoa jurídica foi inscrito no adequado cartório de registro. Entretanto, constatou-se defeito no referido ato constitutivo.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta, nos termos do Código Civil.

- A** Permanece válida a constituição da pessoa jurídica, uma vez que o ato constitutivo já foi registrado.
- B** Decai em três anos o direito de anular a constituição da pessoa jurídica, contado o prazo a partir da publicação da inscrição no registro.
- C** O ato constitutivo da pessoa jurídica pode ser emendado a qualquer tempo.
- D** O ato constitutivo da pessoa jurídica pode ser anulado somente de ofício pelo próprio oficial do registro.
- E** Decai em dez anos o direito de anular a constituição da pessoa jurídica, contado o prazo a partir da data da inscrição no registro.

QUESTÃO 95

A respeito do registro de empresários e de sociedades, assinale a opção correta.

- A** As sociedades simples devem ser inscritas no registro público de empresas mercantis, ainda que não exerçam atividade econômica organizada.
- B** Os empresários devem ser inscritos no registro público de empresas mercantis em razão da natureza meramente intelectual inerente à sua atividade.
- C** As sociedades simples devem ser inscritas no registro civil de pessoas jurídicas quando exercerem atividades profissionais e intelectuais.
- D** Os empresários devem ser inscritos no registro civil de pessoas jurídicas, haja vista que exercem atividade econômica organizada.
- E** As sociedades empresárias devem ser inscritas no registro civil de pessoas jurídicas, tendo em vista o exercício de atividade econômica organizada.

QUESTÃO 96

A matrícula de uma publicação periódica, realizada em registro civil de pessoas jurídicas, necessita ser alterada na informação referente à declaração de residência do diretor da publicação.

A partir dessa situação, assinale a opção correta, de acordo com a Lei de Registros Públicos.

- A** A alteração pretendida não poderá ser realizada, por ausência de previsão legal.
- B** A alteração deverá ser averbada na matrícula da publicação no prazo máximo de um ano, cujo descumprimento gera multa.
- C** A matrícula deverá ser cancelada para que, então, seja realizada nova matrícula com a alteração necessária.
- D** A alteração deverá ser averbada na matrícula da publicação periódica no prazo de oito dias, com aplicação de multa em caso de descumprimento.
- E** A alteração na declaração de residência poderá ser averbada na matrícula da publicação periódica a qualquer tempo.

QUESTÃO 97

Luiz deseja inscrever, em cartório de registro civil de pessoas jurídicas, ato constitutivo de fundação destinada a manipular produtos químicos de uso não autorizado no Brasil, para fins de pesquisa científica.

Nessa situação hipotética, à luz da legislação pertinente, é correto afirmar que a inscrição registral

- A** é passível de ocorrer, após a verificação de que a fundação preenche todos os requisitos de aquisição de personalidade jurídica, inclusive a finalidade de pesquisa científica.
- B** não deve ocorrer, uma vez que a pesquisa científica não caracteriza finalidade apta a constituir fundação.
- C** deve ocorrer, haja vista que a finalidade de pesquisa científica consta entre as hipóteses de constituição de fundação.
- D** não deve ocorrer, pois o cartório de registro civil de pessoas jurídicas não é o órgão competente para registro da constituição de fundação.
- E** não deve ocorrer, pois a manipulação de produtos químicos de uso não autorizado no Brasil configura hipótese de exercício de atividades ilícitas.

QUESTÃO 98

As ações da política externa brasileira contemporânea voltadas a fortalecer o Brasil no cenário internacional incluem a

- A** demonstração de apoio do país ao golpe de estado no Haiti em 2004.
- B** imposição dos valores e da cultura brasileira a países africanos.
- C** abertura de novas embaixadas em países com grande expressão econômica e política.
- D** participação de capital brasileiro no desenvolvimento de obras de infraestrutura em países do continente africano.
- E** projeção do poder brasileiro para os países do Atlântico Norte.

QUESTÃO 99

O instituto Pew de pesquisas foi a campo em 2017 e descobriu que as coisas hoje são piores do que há 50 anos na opinião da maioria dos venezuelanos, mexicanos, argentinos, italianos e brasileiros. Já em muitos outros países, a maioria pensa o contrário: estamos em melhores condições no século XXI para os vietnamitas, indianos, japoneses, turcos e alemães. Na média global, 43% das 43 mil pessoas pesquisadas, de 38 diferentes países, acham que o mundo está melhor, enquanto que 38% consideram que está pior — os demais 19% não souberam dizer. A verdade é que existem motivos objetivos para cravar: a humanidade está vivendo o melhor momento de sua trajetória.

Internet: <www.gazetadopovo.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir relativos aos fatores que comprovam a afirmação apresentada no último período do texto precedente.

- I A incidência de guerras diminuiu, há menos armas nucleares e menos mortes associadas a guerras civis.
- II A pobreza diminuiu e as autocracias prosperaram.
- III A saúde avançou, elevando a expectativa de vida em países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- IV A fome diminuiu, a alimentação e a distribuição de alimentos melhoraram e a população mundial é, em sua maioria, alfabetizada.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 100

Os tamanhos das bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal já não são os mesmos se comparados ao que se viu após o resultado das eleições de outubro de 2018 no Brasil. Motivadas por decisões judiciais ou por trocas partidárias, as alterações já foram suficientes para aumentar ou reduzir a relevância de algumas das legendas no ano legislativo iniciado em fevereiro de 2019. A composição das bancadas no Congresso Nacional é relevante não só para os partidos, mas também para o governo federal.

Internet: <www.nexojournal.com.br> (com adaptações).

As primeiras alterações nas bancadas dos partidos implicaram uma configuração partidária caracterizada por disputa pela maioria na Câmara dos Deputados entre os partidos

- A** PT e MDB.
- B** PSDB e PSL.
- C** PT e PSL.
- D** PSL e PDT.
- E** PSDB e MDB.